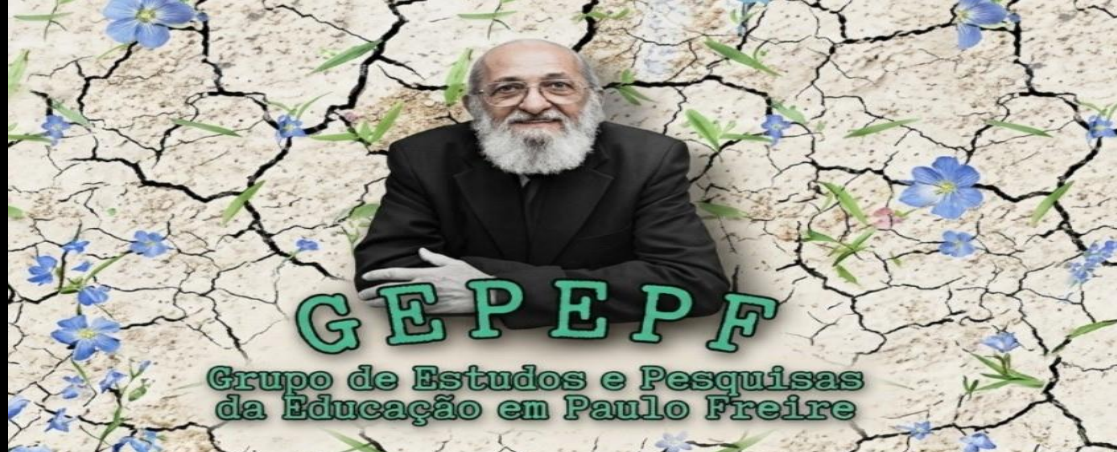




GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS CADEIRANTES NA EJA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

SCHOOL MANAGEMENT REGARDING THE INCLUSION OF WHEELCHAIR USERS IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) IN PERNAMBUCO PUBLIC SCHOOLS

Suely Marilene da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

sms27@discente.ifpe.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1726-7248>

RESUMO: O tema educação está entrelaçado a diversas variáveis e dimensões, dentre elas destacamos a Educação de Jovens e Adultos e também a Educação Inclusiva e a relação com a gestão escolar. É nesse contexto que o presente artigo propõe trazer uma reflexão, a Educação de Jovens e Adultos com a gestão escolar e a Educação Inclusiva. Traçamos como objetivo geral compreender como as escolas estão preparados para receber os(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com deficiência, evitando a segregação e a evasão escolar. Essa troca de conhecimentos e experiências contribui para o processo de ensino e aprendizagem, além da inclusão. Para que a inclusão aconteça de fato, as escolas precisam refletir sobre sua metodologia e a possibilidade de cada vez mais oportunizar momentos para a interação e o agrupamento das pessoas que tenham deficiência. A metodologia para a realização deste estudo, além de análises teóricas, foi de uma pesquisa de campo, por meio de uma entrevista. A partir dessas ações, foi possível refletir sobre a inclusão dos Jovens e Adultos no processo de ensino e aprendizagem, resultando em uma pesquisa qualitativa em educação. Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos pode ser definida como uma Educação Inclusiva devido seu público ser marginalizado pela sociedade em diferentes faixas etárias e níveis sociais em função da falta de escolarização e do analfabetismo. Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos torna-se transformadora na vida desses indivíduos, seja em âmbito pessoal ou profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão social; Evasão escolar; Formação docente; Educação de Jovens e adultos.

ABSTRACT: The theme of education is intertwined with several variables and dimensions, among which we highlight Youth and Adult Education and also Inclusive Education and the relationship with school management. It is in this context that this article proposes to bring a reflection, Youth and Adult Education with school management and Inclusive Education. Our general objective is to understand how schools are prepared to receive Youth and Adult Education (EJA) students with disabilities, avoiding segregation and school dropout. This exchange of knowledge and experiences contributes to the teaching and learning process, in addition to inclusion. For inclusion to actually happen, schools need to reflect on their methodology and the possibility of increasingly providing opportunities for interaction and grouping of people with disabilities. The methodology for carrying out this study, in addition to theoretical analyses, was field research, through an interview. From these actions, it was possible to reflect on the inclusion of Young People and Adults in the teaching and learning process, resulting in qualitative research in education. It is concluded that Youth and Adult Education can be defined as Inclusive Education due to its audience being marginalized by society in different age groups and social levels due to the lack of schooling and illiteracy. In this way, Youth and Adult Education becomes transformative in the lives of these individuals, whether on a personal or professional level.

KEYWORDS: Social inclusion; School dropout; Teacher training; Youth and adult education.

Introdução

A responsabilidade de transformar nossas práticas, ultrapassando alguns obstáculos existentes faz-se necessário a realização de estudos que visem a inclusão dos cadeirantes na EJA, garantido o direito de todos.

Apesar das relevantes reflexões existentes, é perceptível a necessidade de mais esclarecimentos sobre a inclusão dos cadeirantes na EJA. O ambiente escolar é um campo amplo, porém são poucos os artigos que mencionam as pessoas em cadeira de rodas na escola.

A busca de intervenção passa a ser para esse trabalho um desafio metodológico e prático para a população que utiliza cadeiras de rodas. Incluir esses alunos nas escolas comuns significa reconhecer as diferenças e de transitar por novos caminhos, estabelecendo relações entre o que se conhece e o que há de se conhecer.

É importante refletir sobre a inclusão social em todos os âmbitos, pois num futuro próximo, pois esse tema da inclusão poderá não ser mais viabilizar oportunidades a todos, e sim, adaptar-nos para conviver com a diversidade. Porque, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.” Montoan (2003).

A Inclusão não deve ser interpretada como um processo de discurso, ao contrário, como um resultado ideal de uma sociedade inclusiva. A Educação Especial é considerada um campo de conhecimento e uma modalidade transversal de ensino, que tem como objetivo disponibilizar um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas para favorecer o processo de escolarização de todos como nos diz Gil e Garcez (2009).

Assim, não será necessário mais falar de inclusão, tratar-se-á de convivência com o diferente, na via de duplo sentido, isto é, conviver com igualdade. Concordamos com Carvalho (2000), quando afirma que mudanças são necessárias para se garantir êxito em propostas inclusivas. Deve-se então conciliar o atual discurso legal que determina oportunidades a todos os cidadãos, inclusive àquelas pessoas com deficiências e tornar acessível uma educação altamente excludente pelas formas e variações que assume.

Observar e investigar inúmeras irregularidades prediais e sociais (barreiras) que inviabilizam os alunos cadeirantes a participarem efetivamente das aulas pode

direcionar para a realização de medidas práticas que possam garantir a acessibilidade dos portadores de deficiência

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, assegurada por Lei, que atende às pessoas que, por alguma razão, não puderam concluir os estudos na época adequada. Considerando a legislação atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 expõe na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos:

Art.37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento de todos os indivíduos, de todas as idades, cabendo ao professor na sua função de mediador do conhecimento, ter uma base sólida de formação. Sendo assim, planejar esse processo constitui-se uma grande responsabilidade social e educacional (Silva, 2009).

A partir da publicação da Declaração de Salamanca em 1994, pela UNESCO, foi desencadeado um processo mundial de mudanças em políticas públicas destinadas a garantir o, direito à educação de grupos sociais em situação de desvantagem e risco contínuo de exclusão.

O referido documento conclama governos de todos os países-membro das Nações Unidas a contemplarem em suas agendas, entre outros grupos, os afrodescendentes, os ciganos, os vários grupos étnicos, as pessoas com deficiências, aqueles que vivem em áreas rurais e zonas remotas, etc. Países em todas as partes do mundo iniciaram algum tipo de ação para tornar seus sistemas educacionais mais igualitários (UNESCO 1999, UNESCO 2001).

Alinhado com tais mudanças, ao longo dos últimos 10 anos, o sistema educacional brasileiro está imerso em orientações políticas e legais que refletem o compromisso com uma política de inclusão de abrangência social. Também em consonância com o movimento pela inclusão lançado pela UNESCO, em 1997, o parágrafo 22 da Agenda para o Futuro da Declaração de Hamburgo (UNESCO

1997) reafirma o direito de jovens e adultos com deficiência à escolarização e alfabetização.

O presente estudo adotou uma pesquisa qualitativa, utilizando do método estudo de caso; que por sua vez, visa do exame detalhado de um ambiente de um sujeito ou de uma situação em particular.

Neste sentido os dados serão levantados através da observação participante com vistas à inclusão dos cadeirantes da eja. Mostra indícios de que há uma crescente conscientização das comunidades escolares sobre a necessidade de incluir jovens e adultos com deficiência estudar nas turmas de EJA, a fim de propiciar a convivência com seus pares da mesma faixa etária. Temos como exemplo a escola em que estagiamos onde uma classe de eja existia quatro alunos com deficiências múltiplas.

A Educação de Jovens e Adultos e sua relação com a Educação Inclusiva

No que diz respeito à EJA, o acesso de pessoas com deficiência ainda se constitui um direito muitas vezes negado em virtude do despreparo das escolas e da falta de formação docente para o trabalho com os educandos que tem necessidades especiais. No intuito de garantir este direito, verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos de modo indistinto.

Deve-se entender, neste contexto, que a escolarização de pessoas com algum tipo de deficiência deve objetivar o desenvolvimento de suas percepções e de suas potencialidades.

Tais sujeitos necessitam de atendimento escolar especial e, segundo Mazzotta (1982, p. 18), [...] a existência de uma deficiência não opõe necessariamente a que o seu portador possa ser bem atendido mediante os processos comuns de ensino. O tipo e grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços escolares comuns, é que irão servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação.

Desta forma, são as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas, confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade,

que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não a categoria, o rótulo, o estigma de deficiente, com as negativas e perniciosas consequências de sua generalização.

Assim, a escolarização do jovem e do adulto com necessidades especiais só ganha sentido se novas habilidades cognitivas forem despertadas, tendo em vista que a deficiência não o incapacita de aprender dentro de seus limites e estes devem ser explorados objetivando o seu desenvolvimento. Desse modo, os caminhos para a educação formal do indivíduo com deficiência sucedem de processos interacionais, à medida que a pessoa age sobre o meio, transformando-o e vice-versa. O processo deve ser orgânico e dinâmico, de modo a exigir empenho de todos os segmentos sociais, proporcionando condições que facilite aos indivíduos com deficiência, tornarem-se integrantes da sociedade e respeitados em seus direitos.

Portanto, observar a acessibilidade de cadeirantes nas escolas pode contribuir para lançar luz ao fenômeno da inclusão social de portadores de deficiência.

A Lei que obriga prédios públicos e privados a proporcionarem condições de acessibilidade conforme especifica a Lei n 5296 de Dezembro de 2004 (Brasil, 2004), tem como perspectiva a inclusão social desses portadores de deficiência física em espaços livres públicos e privados fazendo com que eles se sintam úteis e também usufruam o lazer e a atividade física que irá proporcionar melhora na sua qualidade de vida e saúde.

Assim, esta investigação pode fornecer subsídios para as políticas públicas e para os projetos pedagógicos das escolas que contribuam para a inclusão de cadeirantes. Contribuir na acessibilidade desses indivíduos pode favorecer a diminuição do preconceito com os deficientes.

No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas que ainda não estão adaptadas para receberem alunos com necessidades especiais, principalmente quando temos em foco alunos com deficiência física. Dessa forma, no planejamento para reformas, questões de acessibilidade não são tocadas. Nesse contexto, o diagnóstico das condições de acessibilidade não ocorre por falta de informação e, também, por falta de instrumentos de medidas que possam diagnosticar e, ao mesmo tempo, indicar possíveis mudanças na estrutura arquitetônica escolar de forma a melhorar as condições de acessibilidade existentes.

Gestão escolar no Brasil

A função do gestor vem se modificando ao longo da história, à medida que a sociedade muda e se transforma, exigindo que a escola acompanhe estas transformações e se posicione de maneira a atender as novas demandas oriundas deste novo modelo social. Assim, a figura do diretor sai de cena dando espaço a um novo ator: o gestor. Para compreendermos melhor esta troca de papéis é necessário conhecermos um pouco do histórico da gestão escolar no Brasil.

Tomamos como ponto de partida a educação colonial, que era ministrada pelos jesuítas, onde o processo educativo se alicerçava em um conjunto de estratégias que visavam a “formação integral do homem cristão” (Rodrigues, 2008).

Em relação a estrutura pedagógica baseava-se na relação da filosofia e teologia e sua atuação começou pela catequese e, posteriormente, foi desenvolvido o ensino das primeiras letras para a população pobre. Para a elite, foram construídos vários colégios religiosos. Nesse período a administração da Companhia de Jesus era situada em Roma e o de provincial cuidava do estudo na província e fiscalizava o cumprimento da ordem de estudos (*Ratio Studiorum*).

Com o retorno de D. João VI para Portugal e com a Proclamação da Independência política do país, houve uma ruptura política e sociocultural, que refletiu na administração escolar pública. Neste sentido, a educação primária era garantida a população branca e livre, o que demandou uma reformulação dos quadros administrativos e burocráticos. Assim, a elite recém-formada foi valorizada.

No período do Império houve um novo olhar acerca da administração escolar, pois estabeleceu a relação entre a educação e o sistema legislativo. Surgiu, assim, o compromisso do Estado com a criação de escolas primárias para todas as pessoas das cidades, vilas e vilarejos. Esse compromisso foi garantido pela lei de 1827, bem como a introdução de matérias e métodos educacionais, política salarial para o professor e obrigatoriedade de concurso público para o cargo de professor. No ano de 1831, houve uma reviravolta no cenário político no Brasil, é o que afirma Rodrigues:

O ano de 1831 causou turbulentas transformações política no Brasil, devido ao denominado período regencial (1831- 1840). O período regencial marcado pela abdicação de D Pedro I se estendendo ao golpe da maioria de D Pedro II, em 1840, iniciando após desta data o Segundo Reinado. Durante o período regencial se efetivou o Ato Adicional de 1834, promovendo a descentralização do ensino. A administração escolar foi dividida por fatores sociais; a coroa ficaria responsável pelo nível superior, promovendo a educação da elite; por outro lado as províncias se responsabilizavam pela educação popular, gerenciando a escola elementar e secundária (Pires; Rodrigues, sem data, p. 7).

A proposta de gestão democrática foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, que prevê: “VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” (Brasil, 1988). Reforçando este modelo de gestão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 estabelece a gestão escolar participativa e que o projeto político pedagógico seja elaborado pelos membros da comunidade escolar juntamente com a família. Percebemos isto através dos artigos 14 e 15:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Brasil, 1996).

Avançamos muito no que diz respeito à gestão democrática, mas ainda temos uma longa estrada a percorrer, pois vivemos em uma sociedade onde a burocracia ainda impera.

A história da Educação de Jovens e Adultos

Alfabetizar jovens e adultos não é um ato apenas de ensino – aprendizagem é a construção de uma perspectiva de mudança; no início, época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes eram pra privilégio das classes média e alta, nessas famílias os filhos possuíam acompanhamento escolar na infância; não havia a

necessidade de uma alfabetização pra jovens e adultos, as classes pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta.

Após a proclamação da Independência do Brasil foi outorgada a primeira constituição brasileira e no artigo 179 dela constava que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos” (Brasil, 1824, n.p); mesmo a instrução sendo gratuita não favorecia as classes pobres, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos.

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo; precedeu mesmo a Proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

A constituição de 1934 não teve êxito, pois Getúlio Vargas o então presidente da república tornou – se um ditador através do golpe militar e criou um novo regime o qual chamou de: Estado Novo, sendo assim cria – se uma nova constituição escrita por Francisco Campos. Ghiraldelli Jr. (2008, p. 78) cita que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

A constituição de 1937 foi criada com o objetivo de favorecer o Estado pois o mesmo tira a sua responsabilidade; uma população sem educação (educação para poucos) torna a sociedade mais suscetível a aceitar tudo que lhe é imposto; logo se entende que esta constituição não tinha interesse que o conhecimento crítico se propagasse, mas buscava favorecer o ensino profissionalizante, naquele momento era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire que sempre lutou pelo fim da educação elitista, Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência dos

educandos. Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente.

O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um fazedor de cultura e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade.

O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

A história da EJA em Pernambuco

Desde o período do Brasil colônia existiam as classes dominantes, onde o poder era exercido no sentido geral, seja educando ou até outras regalias. As classes fundamentais do sistema capitalista começaram a formular explicitamente, mesmo que ainda de forma confusa, seus respectivos projetos de sociedade.

Deixam de ter apenas uma existência objetiva, por suas respectivas posições nas relações de produção, e passar a formular projetos ideológicos (político educacional, jurídico, social etc). As classes reproduzem o nível de seu projeto político, seus interesses materiais e simbólicos. Esta destinação tem com fim uma análise para possibilitar maior consistência a ação política.

Essa destinação efetivamente conta, com elementos oriundos de outros segmentos sociais. A relação existente entre os homens, no interior as quais é possível a emersão da consciência de classe. Consciência de classe onde se direciona a força política concretizada num projeto ideológico assumido pelas classes fundamentais e seus aliados, ou seja, constituindo-se numa classe para si exploradora ou revolucionária.

A classe não proprietária ainda denominada de trabalhadora ou popular. Mas as classes fundamentais são duas, porque só é possível formular um projeto político consistente, autônomo, a partir da situação de propriedade. Não propriedade dos

meios de produção ou das condições de criá-los. Só assim podemos implementar um projeto político ou projeto de sociedade.

O social que se constitui na relação estabelecida pelas classes entre o econômico e o ideológico, tem no momento em 1958 até 1964, em Pernambuco seu antigo equilíbrio rompido, entram em conflito e começa a se desagregar. As classes sociais a partir daí tem iniciativas, e começam a desenvolverem seus movimentos educativos. Existiram vários movimentos educacionais no Nordeste, principalmente em Pernambuco no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960.

A educação no Brasil sempre era alvo de debates e até de hostilidades, desde as décadas de 20-30 configurados na disputa entre católicos e pioneiros. Por um domínio da sociedade brasileira.

O debate se intensificava a partir de 1948, quando na entrada, no congresso nacional, do projeto de diretrizes e bases da Educação Nacional. Com estes debates ocorre no movimento mudanças de qualidades nas práticas educacionais, levadas a efeito pelo envolvimento das camadas da classe popular como parceiros do processo não mais como apenas usufrutuários.

Nesse período, são organizados, no estado de Pernambuco: o MCPC (Movimento de Cultura Popular) ligado a prefeitura de Recife e depois ao governo estadual nas gestões de Miguel Arraes a FPS (Fundação da Promoção Social) do governo Cid Sampaio com objetivo de atuar junto às camadas de classe popular nos setores de educação, saúde e assistência social, O SEC (Serviço de Extensão cultural) da universidade do Recife, coordenado pelo professo Paulo freire.

Surge ainda, o movimento de sindicalização rural da igreja católica, atuando através do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) e da paróquia do Cabo, com o Pe. Antônio Melo, surgem também as em posições as ligas camponesas no engenho Galileia no município de Vitória de Santo Antão. Atua ainda no estado, sem, contudo, ter começo em Pernambuco, mas inspirado em experiências nordestinas, especialmente nas emissoras educativas de Natal e Sergipe, o (MEB) movimento de educação de base, ligado à CNBB (conferência nacional dos bispos do Brasil), e em convênio com a presidência da república.

O CPC (centro popular de cultura) inspirado no MCP e ligado à UNE (união nacional de estudantes), não tem núcleos próprios em Pernambuco. Os estudantes se

engajam nas atividades da MCP ou da FPS. Porém Miguel Arraes tinha objetivos diferenciados aos de Cid Sampaio. Que lutava para o povo ter uma educação direcionada aos seus objetivos dirigentes, “não de uma classe sofredora”, porém Arraes tinha outra visão, mas o seu poder como prefeito de menos valia. Miguel Arraes apresentava-se aos olhos da minoria beneficiada como eminente subversivo.

O grupo comunista tem uma pequena atuação no processo de educação popular. Nesse momento todos se acercam das camadas da classe trabalhadora, rurais e urbanas querendo educá-las.

A inclusão de deficientes na EJA

Conforme pesquisa feita no site www.ufpe.br constatamos que embora a educação de jovens e adultos ocupem espaço de destaque na agenda das políticas educacionais no continente americano desde a metade do século XX, e não constitua novo tema no cenário educacional, este tema é novo quanto a abordagem pelo viés da educação de jovens com deficiência no sistema regular de ensino, o qual além de relevante é oportuno particularmente porque trata da questão da igualdade de oportunidades educacionais no contexto do desenvolvimento de escolas inclusivas para todos. Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo, porque não tiveram oportunidades de acesso a educação.

Nos países economicamente ricos, a maioria das pessoas com deficiência está institucionalizada nos países econômicos pobres, está escondida, invisível na escola e nos espaços sociais. Em ambos os casos elas são privadas de oportunidades de aprendizagem formal e de desenvolvimento humano.

No contexto das profundas desigualdades econômicas e política entre grupos sociais, reconhecer os direitos de pessoas com deficiência. Alinhado com tais mudanças, ao longo dos últimos dez anos o sistema educacional brasileiro emerso em orientação políticas e legais que refletem o compromisso com uma política de inclusão de abrangência social.

No então governo de Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2001 ocorreu um papel preponderante no âmbito do desenvolvimento da educação brasileira, porque

tem como prioridade o combate a exclusão social e educacional por meio de ações desencadeadas pela rede de ensino estaduais e municipais.

Apesar das mudanças já operadas no sistema educacional em direção a inclusão e dos avanços significativos na política nacional, a ênfase da política inclusiva da secretaria de educação especial tem como o foco a primeira fase do ensino fundamental; a educação primária para crianças com deficiências em idade apropriada. Pessoas com deficiências tem sido mantida na sociedade como invisíveis. Institucionalizadas ou mantidas dentro de suas casas, essas pessoas estão impedidas de desfrutar das oportunidades sociais trazidas como a convivência humana.

Refletindo a sociedade, educandos(as) com deficiências estão invisíveis nas escolas regulares, e essa invisibilidade está na raiz de sua vulnerabilidade à exclusão e experiências de violências.

A invisibilidade com deficiência em termos de sua ampla variedade de manifestação e limitação e possibilidades. Pessoas com deficiência são seres humanos e, tanto quanto qualquer outra pessoa sem deficiência, são diferentes entre si, possuem estilo de aprendizagem diferente, gostam de coisas diferentes, são altos ou baixos, magros ou gordos, são melhores em português ou matemática, uns possuem linguagem e vocabulário melhor do que outros, e etc; apesar disso, a palavra deficiência conduz ao preconceito com base na incapacidade cognitiva, intelectual para aprender.

A inclusão é uma inovação, pois o sentido tem sido distorcido e polemizado pelos diferentes segmentos educacionais e sociais. A inovação não tem necessariamente o sentido inusitado, compreendemos que muitas vezes, estão na concretização do óbvio do simples e do que é possível fazer e ser desvelado para que possa ser compreendido por todos e aceito sem resistências, sabendo-se que a inclusão está começando a ser notória nos nossos dias e é necessário que façamos algo para que ela aconteça de uma forma ampla.

É importante identificar o problema, e encontrar soluções e ter comprometimento dos educadores em fazer a diferença usando de recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade.

Deve-se dar prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudança no relacionamento pessoal e social na

maneira de se processar a aprendizagem, é preciso desenvolver uma pedagogia centrada na capacidade de educar a todos sem discriminação, respeitando suas diferenças e seus limites para que se possa dar conta da adversidade social, oferecendo respostas adequadas para suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando for necessário, isto é uma meta a ser seguida por todos aqueles profissionais comprometidos com a educação inclusiva.

Segundo Montoam (revista escola 05/2005) definir inclusão: "é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós."

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção é um privilégio para os educadores viver com os diferentes, e diferente não é ser melhor nem pior. Esta convivência em qualquer idade, como no caso da educação infantil é importante pois, fará com que a próxima geração de adultos possa ser mais tolerante para com a diferença dos outros.

Entendemos que a inclusão escolar tem sido um tema atual pois pessoas que antes eram excluídas da escola regular e colocadas em uma instituição para deficiente, hoje elas têm o direito garantido por lei. É necessário novas formas pedagógicas e capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas; os educandos e familiares devem aprender a aceitar as diferenças, e o próprio deficiente precisa participar ativamente de seu processo de inclusão.

A escola tem que ser capaz de atender seus educandos em suas especificidades, e isto vale para todos, não só para os que possuem deficiência. Todas as pessoas têm características diferentes, umas mais elevadas em algumas áreas, e outras não, porém, devemos respeitar e levar em conta na aprendizagem e no convívio social. O processo de inclusão deve ser feito com bastante cautela e respeitando as dificuldades de cada pessoa.

Não basta a escola, ter educadores preparados para receberem pessoas com deficiência; como também é preciso que a própria pessoa esteja pronta para este novo espaço social.

A inclusão não se limita em colocar o deficiente dentro da escola, é preciso que esta pessoa consiga interagir de acordo com suas potencialidades. Devemos

lembrar que incluir não significa tratar a todos como iguais anulando a diferença. A diversidade é um elemento enriquecedor para aprendizagem.

Os educadores precisam perceber, identificar e saber lidar com as diferenças, pois pessoas que nascem com deficiência ou adquirem ao longo da vida, são privadas muitas vezes do convívio com colegas vizinhos e outros.

Conforme a declaração de Salamanca que ocorreu em 1994, afirma que as escolas regulares com orientação inclusiva são meios eficazes de combater atitudes discriminatórias. Concordamos com a proposta apresentada, pois a diversidade não deve interferir nos nossos conteúdos, mas, no ensino de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem.

É necessário entender que além de aprender a trabalhar com pessoas eficientes, temos de nos preparar para atender a todos, agindo com responsabilidade e cumprimento para melhorar a qualidade do ensino, sendo facilitador na forma de ensiná-los a aprender, deixando o preconceito, e dando direito de cada pessoa a se desenvolver de sua maneira, pois não adianta trazer o deficiente para a sala de aula e deixá-lo sentado, sem ser percebido, apesar das dificuldades a convivência com as outras pessoas é fundamental, porque entender as dificuldades que a espécie humana tem em compreender o trabalho com a diferença, exigiria antes o recurso e ensinamentos juntos, para uma pedagogia conjunta.

Nesse sentido, com o movimento internacional da inclusão, desde da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEM, (Brasil, 1996) a legislação brasileira tem gradualmente progredido na direção de assegurar ao estudante com deficiência acesso a educação.

Apenas recentemente, contudo, a política nacional de educação especial na perspectiva da inclusão (Brasil/SEESP)2008 determina que é da responsabilidade das escolas oferecer, na própria escola ou por meio de parcerias com a rede de ensino, os meios e recursos necessários a cada aluno com deficiência para que possam avançar educacionalmente.

Cadeirantes na EJA

Buscando ter uma educação inclusiva de verdade nos dias de hoje, vem sendo um grande desafio para as escolas. Não adianta colocar uma pessoa com necessidades especiais na sala de aula sem as devidas adaptações; pois o mesmo continuará segregado, excluído dentro da sala. A pessoa deficiente precisa sentir-se valorizada, sendo preciso que o professor não enfatize a limitação dos alunos, mas mostre-lhes o quanto são capazes de evoluir sempre, e que cada conquista não seja um ponto final e sim um estímulo para ir em busca do seu crescimento no processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que uma pessoa no ambiente escolar terá de ficar muito tempo imóvel e cansará devido as suas limitações, necessitando de um apoio para facilitar um desempenho satisfatório.

A grande dificuldade que os cadeirantes encontram é que as escolas não apresentam condições físicas para recebê-los com a falta de rampas, banheiros adaptados espaços para que eles possam circular livremente. São esses motivos que fazem com que o cadeirante desista e desanime na sua vida escolar. Deficiência também não é sinônimo de ineficiência.

Ademais, a Deficiência e doença têm definições distintas pela Organização Mundial de Saúde. Ao confundir deficiência com doença, a mídia comumente reforça a ideia precipitada de que o primeiro passo para inserir uma pessoa com deficiência na sociedade é curá-la, quase “normalizá-la”.

Ao contrário, reabilitada ou não, tendo frequentado uma escola regular ou não, pessoas com deficiência são titulares de direito. Muito comum, na mídia, é a veiculação de campanhas publicitárias que expressam claramente o quanto ainda persiste no imaginário da sociedade o impulso de escamotear a Deficiência, como se ela fosse ilegítima, e devesse ser combatida como se faz com uma doença. Com certeza, não se deseja a deficiência, mas só a partir do seu reconhecimento é possível avançar em um processo de inclusão.

A Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial pedem que os governos facilitem o acesso destas pessoas a serviços básicos e invistam em programas que desenvolvam seus potenciais. Apesar da lei dizer que a educação é um direito e dever

de todos, as portas da escola estão fechadas para muitos. Infelizmente a grande maioria das escolas públicas, ainda, não está preparada para receber alunos com deficiência.

Os motivos são vários, desde barreiras arquitetônicas à barreiras atitudinais. Esse é o tipo de escola que exclui e não inclui. Escolas como esta, certamente estão na contramão da inclusão social.

Adaptações físicas para aluno cadeirante

Que adaptações físicas deverão fazer na sala de aula considerando o aluno cadeirante e como adaptá-lo a sala de aula? A escola que irá receber um aluno cadeirante necessita de um detalhado estudo sobre o seu desenvolvimento geral, seu histórico de aprendizagem, é preciso fazer um diagnóstico cuidadoso para saber do que ele necessita.

É fundamental tratar esse aluno como uma pessoa com condições mentais normais, que necessita apenas de uma adaptação física e estrutural para melhor se adaptar ao ambiente e assim conseguir ser independente. A integração de aula é fundamental. A professora deverá conversar com seus alunos primeiramente sobre a deficiência do novo aluno, explicando toda situação do cadeirante. Para incluir o aluno com deficiência física na escola é necessário que a escola possua adaptações coerentes com a necessidade do aluno como: portas largas, rampas de acesso, cadeira adaptada (deitar), mesa acoplada na cadeira de rodas, entre outros.

Os alunos precisam estar preparados para receber o colega deficiente. O professor deve explicar que deficiência física não tem nada a ver com deficiência mental, a deficiência física afeta a parte motora e não a parte cognitiva da pessoa. Muitas vezes a discriminação acontece pela falta de conhecimento, ou por não saber lidar com uma situação nova, que não é comum.

Na escola na qual vivenciamos nossa pesquisa registramos aqui a conversa que tivemos com a gestora onde ela respondeu que a escola desenvolve ações para qualificar os espaços da escola para adequar a essa nova realidade. Possuímos serviços de apoio com a Orientação Educacional e Secretaria de Educação que orienta as escolas nos processos de inclusão.

O aluno é avaliado na escola através de pareceres descritivos, apontando os objetivos que foram alcançados e os objetivos que devem ser trabalhados, não é comparado alunos com alunos porque acreditamos que cada aluno é parâmetro de si mesmo, até mesmo pelas diferenças de idade que existe na EJA, pelo histórico de vida e das dificuldades que apresenta no seu cotidiano, sempre observa principalmente os avanços que aluno conseguiu obter durante o trimestre. O aluno pode ser avançado para a outra série quando se observa avanços significativos na sua aprendizagem.

Neste caso o aluno no qual entrevistamos é portador de deficiência física, tem 26 anos, e segundo ele está deficiência ocorreu devido a um acidente automobilístico que afetou seus membros inferiores.

Desde então passou a locomover-se em uma cadeira de rodas sendo necessário um acompanhamento de um profissional especializado que segundo ele não seria necessário, pois as pernas não iriam voltar a movimentar. Sua família no início do ocorrido limitou-se, não incentivando a dar continuidade na rotina de sua vida, pensando que, por ele estar naquela situação não iria conseguir vencer esse obstáculo. Mas, com o passar do tempo viram que ele estava precisando de muito apoio e incentivo para voltar aos estudos, porque antes do acontecido ele não se preocupava em estudar.

Ao chegar à sala de aula não se sentiu a vontade devido a não interação que a turma teve com ele. Porém ele deu a volta por cima com sua alegria e força de vontade conseguiu o apoio e o respeito tanto da professora como dos colegas de classe. Sente-se muito bem na escola embora não haja rampa e nem sanitários adaptados, seu maior desejo era superar a dificuldade de ler e escrever, pois em relação aos números ele não tinha nenhuma dificuldade. Hoje em dia sua professora diz que o aluno está apresentando um excelente desenvolvimento. Superou a dificuldade de ler, agora, além de ler escreve pequenos textos, e interage com facilidade com toda turma que chega a sentir sua falta quando ele não vem à escola.

Este aluno não consegue ver obstáculo que não consiga transpor, pois o percurso para chegar à escola é muito difícil com ruas esburacadas, com calçadas quebradas, e transportes mal estruturados com tudo isso ele não se desanima.

Por isso ele está em uma luta constante em favor de seus direitos participando de tudo que fale de acesso a inclusão dos cadeirantes na EJA, com os órgãos competentes, para ajudar não somente a ele, mas a todos os cadeirantes para terem acessibilidade nas escolas, ruas, coletivos e em todos os lugares em que frequenta. Sobre esse estudo podemos dizer que é muito emocionante ter um aluno com tantos problemas, estar conseguindo superá-los de uma forma, que jamais pensaríamos em dar conta.

O que alimenta o nosso trabalho e nossa força em vencer. Acreditamos que o aluno nos ensine muito mais do que ensinamos para ele porque a cada depoimento que o aluno realiza em sala de aula é muita reflexão que realizamos, muitos diálogos que vem abarcar assuntos cotidianos que são transformações em objetos de estudos e qualificações para todos, se o aluno não estivesse vivenciando o nosso espaço deixaríamos de aprender a sua realidade e não jamais iríamos compreender o seu universo.

O aluno PNE não deve ficar excluído em salas especiais, ele deve participar do processo, justamente para contribuir para a formação de todos os indivíduos, que através das suas histórias a gente possa analisar como a nossa vida é boa e a gente não sabe aproveitar.

Devemos incluir para fortalecer na sala de aula a solidariedade e o respeito. Graças ao nosso aluno aprendemos muito com ele, vivenciamos experiências e conseguimos ter uma nova visão sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais nos lugares. Isso é fundamental para o avanço das políticas de inclusão.

O Senso Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais.

Outra importante avanço realizado pela prefeitura da cidade de Recife foi a Seleção pública simplificada para contratação temporária de profissionais de nível superior e médio, para preenchimento de 501 (Quinhentas e uma) vagas, sendo 77 (setenta e sete) vagas para professores do Atendimento Educacional Especializado –

AEE, 318 (trezentas e dezoito) vagas Profissional de Apoio escolar, 41 (quarenta e uma) vagas para Intérprete de Libras, 42 (quarenta e duas) vagas para Brailista e 23 (vinte e três) vagas para Instrutor de Libras, que irão atuar no âmbito da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

Tendo como objetivo preencher as vagas existentes nas escolas da rede estadual para atendimento aos estudantes com deficiência. No ano de 2021 as ações consolidadas foram: Adesão de novos municípios ao programa pacto pela inclusão, formação específica de educação especial na perspectiva inclusiva (home office) dos municípios parceiros, com duração de 24h e ocorreu de março a novembro. Formação com os professores da Escola Estadual Pedro Augusto, para implantação do Cognvox. Criação de dois Centros referente a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, um centro será no CAEER, e o segundo centro será na Escola Ulisses Pernambucano, Formação Continuada para professores da sala de Recursos Multifuncionais – SRM/Atendimento Educacional Especializado – AEE, Workshop realizado por meio das plataformas digitais Youtube e *GoogleMeet*, para a Semana da Pessoa Com Deficiência com o tema: “Incluir é garantir o direito de pertencimento à educação”, voltado para professores e profissionais da educação das Redes pública e privada. Abertura do edital de seleção pública simplificada para contratação temporária de profissionais de nível superior e médio, para preenchimento de 501 vagas.

A Criação do Curso de Libras EAD – CEFOSPE, com 20h/a, tendo como público-alvo professores e demais profissionais da educação com aprendizagens pertinentes a vivência do docente na Educação de surdos. Colegiados de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Para isso, com a Criação em 2021 e consolidação no ano de 2022 do Centro Educacional Inclusivo Ulisses Pernambucano – CEIUP, possibilitando a criação do planejamento, elaboração da instrução normativa do referido centro e oficinas para os núcleos: 1. Núcleo de Apoio pedagógico de atendimento aos estudantes acometidos pelo Zika Vírus, doenças raras e outras deficiências; 2. Núcleo de Altas habilidades e superdotação – AH/SD; 3. Núcleo de formação de Profissionais da Educação.

Nesse sentido, a Formação profissional em andamento: Curso de Audi descrição, Curso de altas habilidades/superdotação, Curso de surdo cegueira, Curso sobre o transtorno do espectro autista – TEA, Curso de Libras (presencial) SEDE/GRE/COMUNIDADE, Curso de Tiflogia (presencial) CAP/COMUNIDADE.

Metodologia

A proposta metodológica para desenvolvimento desta pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, através do estudo de caso. A observação, que segundo Ludke (1986 p. 26) “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, proporcionou-nos um olhar atento aos dados observados, para compreensão da dinâmica cotidiana de uma escola no que se refere ao atendimento prestado aos alunos cadeirantes da EJA.

O instrumento de coleta de dados constitui em visita à uma escola municipal de Recife que possui alunos cadeirantes na EJA, e diagnosticar através de entrevistas no ambiente escolar se existe inclusão de cadeirantes e se há acessibilidades para esses estudantes, como também os dados levantar dados estatísticos com realização de análise de conteúdo (Silva, 2009; Ferreira, 2008;2009) sobre a verdadeira aprendizagem dos estudantes cadeirantes da EJA de como se encaminha essa inclusão.

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica, e documental, a respeito da EJA referente a inclusão de alunos cadeirantes. Logo após foi realizada a algumas entrevistas com a gestão, seis docentes e dois alunos no ambiente escolar.

Resultados obtidos

Na escola na qual vivenciamos nossa pesquisa registramos aqui a conversa que tivemos com a gestora onde ela respondeu que a escola desenvolve ações para qualificar os espaços da escola para adequar a essa nova realidade. Possuímos serviços de apoio com a Orientação Educacional e Secretaria de Educação que orienta as escolas nos processos de inclusão.

Nesse sentido, o aluno é avaliado na escola através de pareceres descritivos, apontando os objetivos que foram alcançados e os objetivos que devem ser trabalhados, não é comparado alunos com alunos porque acreditamos que cada aluno é parâmetro de si mesmo, até mesmo pelas diferenças de idade que existe na EJA, pelo histórico de vida e das dificuldades que apresenta no seu cotidiano, sempre observa principalmente os avanços que aluno conseguiu obter durante o trimestre.

Todavia, o aluno pode ser avançado para a outra série quando se observa avanços significativos na sua aprendizagem. Neste caso o aluno no qual entrevistamos é portador de deficiência física, tem 26 anos, e segundo ele está deficiência ocorreu devido o um acidente automobilístico que afetou seus membros inferiores. Desde então passou a locomover-se em uma cadeira de rodas sendo necessário um acompanhamento de um profissional especializado que segundo ele não seria necessário, pois as pernas não iriam voltar a movimentar.

Sua família no início do ocorrido limitou-se, não incentivando a dar continuidade na rotina de sua vida, pensando que, por ele estar naquela situação não iria conseguir vencer esse obstáculo. Mas, com o passar do tempo viram que ele estava precisando de muito apoio e incentivo para voltar aos estudos, porque antes do acontecido ele não se preocupava em estudar.

Ao chegar à sala de aula não se sentiu a vontade devido a não interação que a turma teve com ele. Porém ele deu a volta por cima com sua alegria e força de vontade conseguiu o apoio e o respeito tanto da professora como dos colegas de classe. Sente-se muito bem na escola embora não haja rampa e nem sanitários adaptados, seu maior desejo era superar a dificuldade de ler e escrever, pois em relação aos números ele não tinha nenhuma dificuldade. Hoje em dia sua professora diz que o aluno está apresentando um excelente desenvolvimento.

Superou a dificuldade de ler, agora, além de ler escreve pequenos textos, e interage com facilidade com toda turma que chega a sentir sua falta quando ele não vem à escola. Este aluno não consegue ver obstáculo que não consiga transpor, pois o percurso para chegar à escola é muito difícil com ruas esburacadas, com calçadas quebradas, e transportes mal estruturados com tudo isso ele não se desanima.

Por isso ele está em uma luta constante em favor de seus direitos participando de tudo que fale de acesso a inclusão dos cadeirantes na EJA, com os órgãos

competentes, para ajudar não somente a ele, mas a todos os cadeirantes para terem acessibilidade nas escolas, ruas, coletivos e em todos os lugares em que frequenta.

Sobre esse estudo podemos dizer que é muito emocionante ter um aluno com tantos problemas, estar conseguindo superá-los de uma forma, que jamais pensaríamos em dar conta.

O que alimenta o nosso trabalho e nossa força em vencer. Acreditamos que o aluno nos ensine muito mais do que ensinamos para ele porque a cada depoimento que o aluno realiza em sala de aula é muita reflexão que realizamos, muitos diálogos que vem abarcar assuntos cotidianos que são transformações em objetos de estudos e qualificações para todos, se o aluno não estivesse vivenciando o nosso espaço deixaríamos de aprender a sua realidade e não jamais iríamos compreender o seu universo.

O aluno PNE não deve ficar excluído em salas especiais, ele deve participar do processo, justamente para contribuir para a formação de todos os indivíduos, que através das suas histórias a gente possa analisar como a nossa vida é boa e a gente não sabe aproveitar.

Devemos incluir para fortalecer na sala de aula a solidariedade e o respeito. Graças ao nosso aluno aprendemos muito com ele, vivenciamos experiências e conseguimos ter uma nova visão sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais nos lugares. Isso é fundamental para o avanço das políticas de inclusão.

Considerações finais

É evidente que o caminho a percorrer é longo e cheio de barreiras, principalmente as atitudinais, para que as escolas da rede municipal de ensino se tornem, realmente, comunidades inclusivas, pois atitudes de rejeição e descrença em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais ainda são muito frequentes.

No atual cenário político-econômico brasileiro deparamo-nos com: o estado de desvalorização do magistério; a má qualidade da formação dos educadores; a inexistência, em muitas escolas, de um projeto político pedagógico que contemple a diversidade dos alunos; a falta de recursos específicos que otimizem a aprendizagem

de todos os alunos; o descompromisso de muitas famílias com a educação escolar dos filhos, bem como o caos social e econômico em que muitas se encontram.

Contudo, não podemos esquecer que vivemos um processo de mudança que é, ao mesmo tempo, político, social, econômico, pedagógico e histórico e, portanto, lento. Embora cientes das dificuldades, não devemos deixar de reconhecer e publicar os avanços obtidos, pois há uma tendência de se situar determinadas questões como se os estivéssemos sempre começando do zero e nada tivesse sido feito antes, de bom e necessário.

Através desta pesquisa constatamos de que as dificuldades não podem ser justificativas para falta de oportunidades, pois quando se acredita em um sonho e luta realmente por ele, ele se torna realidade. É o grande exemplo do aluno cadeirante da EJA que ultrapassou várias barreiras e ainda continua ultrapassando, mas, nunca pensou em parar.

A experiência descrita não visa conclusões, mas a abertura para a reflexão sobre as diferentes possibilidades de construção do processo inclusivo. Nesse sentido, fica o respeito e a consideração à individualidade do sujeito entendendo-o na sua singularidade e especificidade.

A presente pesquisa, mesmo com os limites de um estudo exploratório de pequena escala e curta duração oferece evidências sólidas quanto à forma como as redes de ensino estão se organizando na modalidade EJA para atender aos estudantes com deficiência, desse modo, o aluno com deficiência, não apenas ganha em qualidade de vida, dignidade e autonomia, mas também se percebe como um cidadão ativo da sociedade, rompendo preconceitos historicamente construídos.

Enfim, um país se torna mais humano quando aprende a conviver com as diferenças, a inclusão de um cadeirante é de interesse comum, pois precisamos aprender a viver com naturalidade quando temos contato pela primeira vez com essas pessoas, não devemos ter pena, compaixão, elas não precisam disso, elas precisam de convívio com outras pessoas, de oportunidades, de trabalho para que possam desenvolver estratégias de competências e atitudes no convívio social.

Referências

1. ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador com pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2001.
2. BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil: período do Regime Militar**. [Vitória]: Pedagogia em Foco, 1993. Disponível em: Pedagogia em Foco. Acesso em: 7 jul. 2026.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **SEESP - Educação Inclusiva: direito à diversidade**. 2004-2005. Documento Orientador. São Paulo, 2005.
4. CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: Portal da DSPACE/MJ. Acesso em: 7 jul. 2026.
5. FERREIRA, Windyz B. **Avaliação das Condições da Oferta da Educação Especial na Rede de Ensino do Governo do Distrito Federal**. Brasília: Fundação Cesgranrio, 2009.
6. FERREIRA, Windyz B. **EJA & Deficiência**. Recife: UFPE, [2009]. Disponível em: CEAD/UFPE. Acesso em: 7 jul. 2026.
7. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
8. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
9. MONTAAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? E como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
10. PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira; versão final revista pelo autor. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
11. RIVERO, J. H. **Educação e Exclusão na América Latina: reformas em tempos de globalização**. Brasília: UNESCO/Universal, 2000.

- 12.SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). **Inclusão em Educação**: culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- 13.SILVA, Andréia Maciel. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. 2009.
- 14.SOUZA, João Francisco de. **Uma Pedagogia da Revolução**: a contribuição do governo Arraes (1960–1964). São Paulo: Cortez, 1987.
- 15.UNESCO; BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. Disponível em: Biblioteca Digital da UNESCO. Acesso em: 7 jul. 2026.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).